

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT21.018

“EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA”

Fernanda Raquel dos Santos Sousa¹

RESUMO

Nas últimas décadas, a ascensão do neoliberalismo como modelo dominante nas esferas econômica e política tem gerado impactos profundos nas instituições. No campo educacional, esse modelo tem promovido uma reconfiguração das políticas públicas, direcionando a educação para lógicas de mercado e de gestão empresarial. Neste contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar como os princípios do neoliberalismo têm influenciado as políticas educacionais, especialmente no que diz respeito à mercantilização do ensino, à valorização da eficiência em detrimento da formação crítica, e à transferência de responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. Para tanto, discute-se as inter-relações entre a educação no Brasil e o modelo neoliberal, com base em uma pesquisa de caráter bibliográfico, de abordagem qualitativa e natureza exploratória. A metodologia consistiu em uma revisão teórica de autores clássicos e contemporâneos que discutem o neoliberalismo e suas implicações sociais e educacionais, tais como David Harvey, Pierre Bourdieu, Paulo Freire. Os descritores utilizados para a busca e seleção das obras foram: educação, neoliberalismo, políticas educacionais e mercantilização do ensino. Os resultados da análise revelam que o

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – PPGPP/UFPI, docente da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, e-mail: fernandasousa@urc.uespi.br

avanço do neoliberalismo tem promovido a desresponsabilização do Estado em relação ao direito à educação, o fortalecimento de modelos de gestão baseados em desempenho e competitividade, e a naturalização de desigualdades educacionais. Essa lógica compromete o papel emancipador da escola, transformando-a em instrumento de reprodução das desigualdades sociais. Tais achados corroboram com objetivos propostos, na medida em que evidenciam a presença hegemônica de uma racionalidade neoliberal nas políticas educacionais contemporâneas, bem como seus efeitos excludentes. Conclui-se que é necessário resgatar uma concepção de educação pública, democrática e socialmente comprometida, como contraponto ao modelo hegemônico imposto pelo neoliberalismo.

Palavras-chave: Educação, Neoliberalismo, Políticas educacionais, Mercado.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a ascensão do neoliberalismo como modelo dominante nas esferas econômica, política e social tem provocado transformações significativas nas instituições e nas formas de organização da vida coletiva. No campo educacional, o neoliberalismo tem se manifestado por meio de políticas públicas orientadas pela lógica de mercado, pela ênfase na eficiência e produtividade, e pela transferência gradual de responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. Tais mudanças vêm alterando profundamente o papel social da escola e o sentido da educação pública.

No contexto brasileiro, essas transformações tornam-se particularmente evidentes a partir das reformas educacionais implementadas desde a década de 1990, marcadas pela influência de organismos internacionais e pela adoção de modelos de gestão empresarial no setor público. A educação passa, então, a ser compreendida não mais como um direito social universal, mas como um investimento individual, sujeito às mesmas dinâmicas de competitividade típicas do mercado.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo geral analisar como os princípios do neoliberalismo têm influenciado as políticas educacionais brasileiras, especialmente no que diz respeito à mercantilização do ensino, à valorização da eficiência em detrimento da formação crítica e à transferência das responsabilidades estatais para o setor privado.

A pesquisa possui caráter bibliográfico, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, fundamentando-se em autores clássicos e contemporâneos que discutem as implicações sociais e educacionais do neoliberalismo, como David Harvey, Pierre Bourdieu e Paulo Freire. Os descritores utilizados na seleção das obras foram: educação, neoliberalismo, políticas educacionais e mercantilização do ensino.

Parte-se do pressuposto de que compreender os efeitos do neoliberalismo sobre a educação é fundamental para problematizar as contradições

do atual modelo de gestão educacional e refletir sobre alternativas que reafirmem o papel emancipador e democrático da escola pública.

A relevância acadêmica deste estudo reside na necessidade de aprofundar o debate teórico sobre a influência do neoliberalismo nas políticas educacionais e em seus desdobramentos para a formação humana e cidadã. Sob o ponto de vista social, a investigação mostra-se pertinente por contribuir para a reflexão crítica sobre os rumos da educação pública no Brasil e sobre os desafios de garantir uma formação democrática e inclusiva frente às pressões do mercado.

No que se refere à sua estrutura, o artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica, discutindo o conceito de neoliberalismo e suas implicações nas políticas educacionais. A terceira seção aborda a metodologia da pesquisa e o percurso analítico adotado. A quarta seção discute os resultados e análises acerca da presença da racionalidade neoliberal nas políticas de educação. Por fim, a conclusão retoma os principais achados e reflexões, enfatizando a importância de uma educação pública crítica, democrática e socialmente comprometida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da educação no Brasil reflete as transformações sociais, políticas e econômicas que marcaram o desenvolvimento do país. Desde o período colonial até a contemporaneidade, o sistema educacional brasileiro tem oscilado entre projetos de formação voltados à emancipação social e políticas de controle e reprodução das desigualdades (Saviani, 2008; Romanelli, 2010).

Durante o período colonial (séculos XVI a XVIII), a educação foi organizada e controlada pela Companhia de Jesus, cujo objetivo era a catequese e a formação religiosa das elites coloniais (Saviani, 2011). O ensino era res-

trito e excludente, voltado à formação de uma elite dirigente, enquanto indígenas e escravizados eram marginalizados do acesso ao conhecimento formal. A expulsão dos jesuítas, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, marcou o primeiro esforço estatal de centralização da instrução, embora o ensino continuasse limitado e elitista (Nunes, 2000).

No período imperial (1822–1889), a educação começou a ser tratada como instrumento de construção nacional. A Constituição de 1824 estabeleceu a instrução primária gratuita, porém, segundo Romanelli (2010), a medida teve alcance restrito, devido à falta de recursos e à ausência de políticas efetivas de universalização. A educação destinava-se essencialmente às elites urbanas, perpetuando as desigualdades sociais e raciais. Nesse contexto, a educação popular era vista com desconfiança, como ameaça à ordem social vigente (Ghiraldelli, 2009).

Com a Proclamação da República (1889), o discurso de modernização e progresso trouxe novos debates sobre o papel do Estado na educação. As reformas republicanas do início do século XX, especialmente durante o governo Vargas, impulsionaram a educação técnica e profissionalizante, vinculando-a ao processo de industrialização e à formação de mão de obra (Cunha, 2005).

Durante o regime militar (1964–1985), a educação foi submetida à lógica da tecnocracia e da produtividade, refletindo a política de desenvolvimento econômico do período (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000). O ensino passou a ser orientado para a formação de mão de obra técnica e disciplinada, enquanto a crítica social e política foi reprimida.

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação foi definitivamente reconhecida como direito social e dever do Estado (BRASIL, 1988). Esse marco foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que estabeleceu as bases para um sistema educacional descentralizado e democrático (Libâneo, 2012). Contudo, como observam Gentili (2001) e Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), é também nesse período que o neoliberalismo se consolida no Brasil, trazendo consigo políticas de des-

centralização, avaliação em larga escala e parcerias público-privadas, o que reconfigura o papel do Estado e a natureza pública da educação.

Nas primeiras décadas do século XXI, observa-se a convivência de dois movimentos contraditórios: de um lado, políticas de inclusão e expansão do acesso, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Plano Nacional de Educação (PNE) e os programas de acesso ao ensino superior; de outro, a manutenção de práticas neoliberais de gestão empresarial, padronização curricular e avaliações externas (Freitas, 2018; Dourado, 2019). Essa tensão revela a disputa entre um projeto de educação como direito social e outro como mercadoria, reforçando a necessidade de políticas que articulem equidade, qualidade e formação crítica.

A evolução da educação no Brasil evidencia um percurso marcado por avanços e retrocessos. A presença crescente do neoliberalismo nas políticas educacionais contemporâneas reatualiza antigas formas de exclusão, ao passo que desafia o Estado e a sociedade a reafirmar a educação pública como um espaço de emancipação e justiça social (Saviani, 2008; Gentili, 2001; Freire, 1996). Compreender essa trajetória histórica é essencial para interpretar as tensões atuais e projetar caminhos para uma educação pública, democrática e libertadora.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória. Essa opção metodológica se justifica pela necessidade de compreender criticamente o fenômeno da influência do neoliberalismo na educação, a partir da análise de produções teóricas que abordam o tema em diferentes perspectivas históricas e conceituais.

A pesquisa bibliográfica permite o levantamento, seleção e análise de referências publicadas por autores reconhecidos, possibilitando uma reflexão aprofundada sobre determinado tema sem a necessidade de

coleta direta de dados empíricos (Gil, 2019). Assim, o estudo baseou-se na consulta, leitura e análise interpretativa de livros, artigos científicos e documentos de relevância acadêmica, que discutem a relação entre educação, neoliberalismo, políticas educacionais e mercantilização do ensino. No quadro 1 apresenta-se a síntese dos procedimentos metodológicos do estudo.

Quadro 1: Síntese dos procedimentos metodológicos do estudo

Etapa	Descrição das Atividades	Objetivo da Etapa	Instrumentos / Fontes Utilizadas	Resultados Esperados
1. Definição do tema e problema de pesquisa	Delimitação do objeto de estudo: a influência do neoliberalismo nas políticas educacionais e seus impactos sobre a educação pública.	Estabelecer o foco e a relevância do estudo.	Leituras preliminares; levantamento de problemáticas sociais e acadêmicas.	Formulação do problema e objetivos gerais e específicos.
2. Revisão bibliográfica inicial	Levantamento de obras clássicas e contemporâneas sobre neoliberalismo, políticas públicas e educação.	Identificar os principais aportes teóricos sobre o tema.	Livros de referência.	Seleção dos autores-chave: Harvey, Bourdieu, Freire, Gentili, Apple, Giroux, Boaventura, entre outros.
3. Definição dos descritores de busca	Seleção das palavras-chave que nortearam a pesquisa.	Direcionar a análise das obras.	Termos utilizados: educação, neoliberalismo, políticas educacionais, mercantilização do ensino.	Organização do corpus teórico.
4. Leitura e análise das fontes	Leitura crítica e interpretativa das obras selecionadas, buscando convergências e divergências teóricas	Compreender as diferentes perspectivas sobre o tema.	Obras impressas e digitais; fichamentos; resumos analíticos.	Sistematização dos conceitos e categorias centrais da pesquisa.

Etapa	Descrição das Atividades	Objetivo da Etapa	Instrumentos / Fontes Utilizadas	Resultados Esperados
5. Interpretação e discussão dos resultados	Articulação entre as contribuições dos autores e os objetivos do estudo.	Produzir análise crítica sobre a influência do neoliberalismo na educação.	Categorias analíticas: mercado, políticas educacionais, desigualdade e emancipação.	Identificação dos efeitos do neoliberalismo e das possibilidades de resistência.
6. Elaboração das considerações finais	Síntese dos resultados e apontamentos para futuras pesquisas.	Concluir o estudo relacionando teoria e prática.	Síntese teórica e redacional.	Reflexão final e proposição de caminhos para uma educação emancipadora.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme quadro 1, o procedimento metodológico envolveu as seguintes etapas:

1. Levantamento das fontes: foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas que tratam criticamente da temática, priorizando autores de referência como David Harvey (2008), Pierre Bourdieu (1998, 2001), Paulo Freire (1996), Pablo Gentili (2001), Michael Apple (2005), Henry Giroux (2011), Boaventura de Sousa Santos (2018), entre outros.
2. Definição dos descritores: os termos utilizados para a busca das obras foram: educação, neoliberalismo, políticas educacionais e mercantilização do ensino.
3. Análise e sistematização: as obras selecionadas foram submetidas a uma leitura crítica e interpretativa, buscando identificar convergências e divergências teóricas quanto à influência do neoliberalismo na educação e às suas implicações políticas, econômicas e sociais.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar uma compreensão aprofundada do objeto de estudo, levando em conta o contexto histórico e as dimensões simbólicas e ideológicas que permeiam as políti-

cas educacionais. Já o caráter exploratório do trabalho se deve ao objetivo de ampliar o entendimento sobre a temática, mapeando conceitos, interpretações e debates que contribuam para a construção de uma visão crítica e integrada.

Portanto, a metodologia adotada fundamenta-se na interpretação teórica e crítica das fontes bibliográficas, buscando articular os aportes de autores clássicos e contemporâneos para compreender os efeitos da racionalidade neoliberal sobre a educação. Essa estratégia possibilitou a elaboração de uma análise que não se limita à descrição das políticas educacionais, mas que as problematiza à luz de suas contradições e implicações sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO

O neoliberalismo consolidou-se, nas últimas décadas do século XX, como o principal paradigma econômico e político das sociedades capitalistas ocidentais, pode ser compreendido como uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano é melhor promovido por meio da liberdade individual e empresarial dentro de um quadro institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre comércio. Contudo, mais do que um simples conjunto de políticas econômicas, o neoliberalismo constitui uma racionalidade social que penetra as diversas esferas da vida, redefinindo valores e relações humanas a partir da lógica do mercado (Harvey, 2008).

Essa racionalidade neoliberal, ao valorizar a eficiência, a produtividade e a competitividade, tende a transformar direitos sociais em mercadorias, reconfigurando o papel do Estado e das instituições públicas. O neoliberalismo atua como uma “utopia que se tornou realidade”, impondo sua lógica à totalidade das práticas sociais e produzindo uma nova forma de dominação simbólica. No campo educacional, essa dominação se mani-

festa na naturalização da meritocracia e na promoção de políticas que tratam a educação como investimento individual, e não como um direito coletivo (Bourdieu, 1998).

A partir da década de 1990, as políticas educacionais brasileiras passaram a incorporar fortemente princípios neoliberais, impulsionadas pela influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas instituições difundiram a ideia de que a eficiência e a gestão de resultados deveriam orientar o sistema educacional, o que resultou em reformas voltadas para a descentralização administrativa, a avaliação em larga escala e a parceria com o setor privado. Tais reformas traduzem a passagem de um modelo de educação pública universal para um modelo de educação competitiva e seletiva, em que o desempenho substitui a formação integral como critério de qualidade (Gentili, 2001).

Em contraposição a essa lógica, Paulo Freire (1996) defende uma concepção de educação como prática da liberdade, capaz de promover a conscientização e a emancipação dos sujeitos. A educação deve servir à transformação social e não à adaptação passiva às estruturas de poder. Nesse sentido, representa-se uma crítica contundente ao neoliberalismo, pois reivindica uma escola comprometida com o diálogo, a solidariedade e a justiça social.

A análise crítica desses autores permite compreender que o neoliberalismo não atua apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma forma de pensamento que redefine o próprio sentido da educação. O discurso da eficiência e da produtividade, quando aplicado à escola, tende a esvaziar seu papel formador e emancipador, transformando-a em instrumento de reprodução das desigualdades. Assim, compreender o avanço dessa racionalidade sobre o campo educacional é essencial para propor caminhos alternativos que resgatem o valor público e social da educação. Nesta perspectiva, apresenta-se o quadro 2, com as características do neoliberalismo e suas implicações na educação.

Quadro 2: Características do neoliberalismo e suas implicações na educação

Características do Neoliberalismo	Descrição Geral	Implicações para a Educação
Liberalização econômica	Defesa do livre mercado, redução das barreiras comerciais e estímulo à competitividade entre empresas.	Estímulo à competição entre instituições escolares, avaliadas por desempenho e produtividade.
Privatização	Transferência de serviços públicos para a iniciativa privada, sob o argumento de maior eficiência.	Ampliação de parcerias público-privadas e redução do investimento estatal em educação pública.
Desregulamentação	Redução da intervenção estatal na economia e flexibilização das leis trabalhistas.	Flexibilização da gestão escolar e das relações de trabalho docente.
Estado mínimo	O Estado deve apenas garantir condições básicas para o funcionamento do mercado, sem intervir diretamente na economia.	Redução do papel do Estado como garantidor do direito à educação e aumento da responsabilização individual.
Individualismo e meritocracia	Ênfase no mérito individual como fator determinante do sucesso, desconsiderando contextos sociais e estruturais.	Substituição da formação crítica por uma lógica de desempenho e competitividade entre estudantes e escolas.
Racionalidade empresarial	Adoção de práticas de gestão típicas do setor privado, com foco em resultados e eficiência.	Introdução de sistemas de avaliação em larga escala, metas e bonificações por desempenho.
Mercantilização dos direitos sociais	Transformação de direitos (educação, saúde, moradia) em bens de consumo adquiridos individualmente.	A educação passa a ser vista como investimento pessoal, e não como direito coletivo.
Globalização e influência de organismos internacionais	Expansão mundial do modelo neoliberal, impulsionada por instituições como FMI e Banco Mundial.	Reformas educacionais baseadas em diretrizes internacionais e modelos de eficiência importados.

Fonte: Adaptado de Harvey (2008), Bourdieu (1998), Gentili (2001) e Freire (1996).

4.2 NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

Em sociedades capitalistas, as instituições, inclusive a escola, operam como instrumentos de reprodução das relações de produção, legitimando desigualdades e consolidando a dominação de classe. Essa análise é fun-

damental para compreender o neoliberalismo como uma nova fase do capitalismo, caracterizada pela intensificação da exploração e pela mercantilização dos direitos sociais, entre eles a educação (Marx, 2011).

O poder das classes dominantes não se sustenta apenas pela coerção, mas também pela produção de valores e crenças disseminados pelas escolas, igrejas e meios de comunicação. Sob o neoliberalismo, essa hegemonia é reforçada por discursos que naturalizam a competitividade, o individualismo e a meritocracia, moldando subjetividades alinhadas ao mercado. No campo educacional, as políticas inspiradas nessa lógica buscam formar sujeitos adaptáveis e produtivos, em detrimento da consciência crítica e coletiva (Gramsci, 1982).

O neoliberalismo não deve ser entendido apenas como uma doutrina econômica baseada no livre mercado, mas como uma racionalidade política destinada a restaurar o poder das elites econômicas por meio da reestruturação das funções do Estado e da reorganização das práticas sociais em torno da lógica do capital (Harvey, 2008).

A educação deve ser compreendida como uma prática da liberdade, e não como um instrumento de adaptação dos sujeitos às exigências do mercado. Essa concepção se opõe frontalmente à lógica neoliberal, cuja ênfase na eficiência, na competitividade e no individualismo reduz o papel da escola a um espaço de treinamento técnico, desprovido de sentido político e social (Freire, 1996).

Santos (2018) apresenta uma crítica contundente ao avanço do neoliberalismo e da globalização econômica, argumentando que ambos produzem uma “epistemologia da cegueira”, que deslegitima os saberes populares e reduz o conhecimento à lógica da utilidade. A educação deve se contrapor a esse modelo, promovendo uma “ecologia dos saberes” que valorize a pluralidade cultural e o pensamento crítico. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de uma pedagogia democrática e inclusiva, voltada à emancipação social e à superação das desigualdades estruturais.

Ao criticar o modelo bancário de educação, aquele em que o professor “deposita” conhecimentos prontos nos alunos, propõe-se uma

pedagogia dialógica, centrada na problematização da realidade e na construção coletiva do saber. Nessa perspectiva, a educação é vista como um processo de conscientização (conscientização), por meio do qual os sujeitos se reconhecem como agentes históricos capazes de transformar o mundo. Essa visão contrasta diretamente com o projeto neoliberal, que estimula a passividade e a aceitação das desigualdades como naturais ou inevitáveis (Freire, 1996).

Nesse contexto, a educação assume papel central na disseminação e consolidação dos valores neoliberais. O processo de neoliberalização envolve não apenas políticas macroeconômicas, mas também a construção de um consenso cultural em torno da eficiência, da competição e do individualismo. Assim, a escola e as universidades passam a ser vistas como espaços estratégicos para a reprodução dessa racionalidade, moldando sujeitos adaptados às exigências do mercado global. A educação, portanto, deixa de ser concebida como um direito social universal e se converte em um instrumento de formação de capital humano, em consonância com as demandas produtivas do sistema capitalista (Harvey, 2008).

O neoliberalismo transforma professores e estudantes em consumidores e prestadores de serviço, e não em cidadãos críticos. Para resistir a essa lógica exige uma pedagogia crítica que promova o pensamento autônomo e a responsabilidade social (Giroux, 2011).

A mercantilização do ensino é uma consequência direta dessa lógica. O neoliberalismo transforma todos os aspectos da vida social em potenciais fontes de lucro. Essa tendência se manifesta no campo educacional por meio da expansão das instituições privadas, da cobrança de mensalidades, da adoção de critérios de eficiência empresarial e da redução do investimento público. A educação passa a operar sob a lógica da oferta e da demanda, sendo avaliada por indicadores de desempenho, produtividade e retorno econômico, e não por seu papel emancipador ou socialmente transformador (Harvey, 2008).

A mercantilização do ensino, intensifica o processo de distinção social. O acesso à educação de qualidade torna-se cada vez mais condicionado

à capacidade econômica das famílias, enquanto a educação pública é submetida a restrições orçamentárias e critérios de desempenho padronizados. Bourdieu (2001) adverte que essa dinâmica cria um círculo vicioso: as instituições escolares reproduzem o privilégio das classes dominantes, legitimando-o sob a ideologia da competência e do mérito. A “violência simbólica” opera justamente nesse ponto, quando a dominação é aceita e reproduzida inconscientemente pelos próprios dominados, que internalizam a ideia de que o sucesso ou fracasso escolar depende exclusivamente do esforço pessoal (Bourdieu, 1998).

Ainda sobre mercantilização do ensino, ao transformar o conhecimento em produto e o estudante em consumidor, contradiz os princípios ético-políticos da pedagogia de Paulo Freire. Nessa lógica mercantil, o valor da educação é medido pelo retorno econômico e não pelo seu potencial emancipador. Paulo Freire alerta que essa perspectiva ameaça o caráter público e democrático da escola, pois subordina o direito à educação às condições de compra e venda impostas pelo mercado. Assim, a racionalidade neoliberal enfraquece a dimensão humanizadora do processo educativo e amplia as desigualdades sociais.

As reformas educacionais neoliberais promovem uma “aliança conservadora” entre interesses econômicos e morais, que redefine os conteúdos escolares e enfraquece a autonomia docente. A ênfase em padrões e resultados, característica das políticas neoliberais, reduz a complexidade da educação à mensuração de desempenho, apagando dimensões culturais e políticas do processo formativo (Apple, 2005).

As políticas educacionais formuladas sob influência neoliberal refletem essa reconfiguração. Inspiradas em modelos de gestão corporativa, tais políticas privilegiam a avaliação em larga escala, a gestão por resultados e a descentralização administrativa, frequentemente associadas à ideia de autonomia institucional. Tais práticas reforçam a competição entre escolas, naturalizam desigualdades estruturais e deslocam para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso educacional. Esse processo configura uma verdadeira desresponsabilização do Estado, que

passa a atuar como regulador e avaliador, mas não como garantidor do direito à educação pública e de qualidade (Harvey, 2008).

O neoliberalismo representa uma “utopia que se tornou realidade”, impondo ao mundo social uma lógica de mercado que transforma todos os campos, inclusive o educacional, em arenas de competição e desempenho. Essa racionalidade neoliberal promove uma forma de dominação simbólica que se apresenta como natural, mascarando as desigualdades estruturais sob o discurso da meritocracia. Na prática, as políticas educacionais inspiradas nessa lógica passam a valorizar o mérito individual e a produtividade, desconsiderando as diferentes condições de origem social que determinam o sucesso escolar (Bourdieu, 1998).

No contexto das políticas educacionais influenciadas pelo neoliberalismo, observa-se uma crescente priorização de metas de desempenho, avaliações padronizadas e indicadores quantitativos em detrimento da formação crítica e cidadã. Essa tendência é vista como uma forma de desumanização, pois reduz o processo educativo à mera transmissão de conteúdos e à preparação para o mercado de trabalho. Contudo, a verdadeira função da escola é contribuir para a formação de sujeitos autônomos, críticos e solidários, capazes de intervir de maneira consciente na sociedade (Freire, 1996). No quadro 3, realiza-se síntese dos principais autores e suas contribuições sobre neoliberalismo e educação.

Quadro 3: Síntese dos principais autores e suas contribuições sobre neoliberalismo e educação.

Autor(es)	Concepção de Neoliberalismo	Impactos na Educação	Temas-Chave / Descritores	Contribuição Crítica Principal
David Harvey (2008)	Modelo econômico e político que busca restaurar o poder das elites e subordinar o Estado ao mercado.	Redefinição da educação como investimento individual; ênfase na eficiência e competitividade.	Educação; Neoliberalismo; Políticas educacionais.	Denuncia o caráter estrutural e global do neoliberalismo e suas implicações sociais.

Autor(es)	Concepção de Neoliberalismo	Impactos na Educação	Temas-Chave / Descritores	Contribuição Crítica Principal
Pierre Bourdieu (1998; 2001)	Sistema simbólico de dominação que naturaliza desigualdades sob o discurso da meritocracia.	Escola como espaço de reprodução social; disfarce da desigualdade sob a aparência de neutralidade.	Educação; Reprodução social; Meritocracia.	Revela como o sistema educacional legitima desigualdades e reforça hierarquias de classe.
Paulo Freire (1996)	Crítica ao neoliberalismo como ideologia desumanizadora e excludente.	Mercantilização do ensino; negação da formação crítica e democrática.	Educação; Emancipação; Conscientização.	Propõe uma pedagogia libertadora e dialógica em contraposição ao modelo neoliberal.
Pablo Gentili (2001)	Neoliberalismo como simulacro de consenso e instrumento de controle ideológico.	Privatização e descentralização das políticas públicas; precarização da escola pública.	Políticas educacionais; Desigualdade; Mercado.	Analisa o discurso neoliberal como mecanismo de legitimação das reformas educacionais excludentes.
Michael Apple (2005)	Aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo nas reformas educacionais.	Padronização curricular; avaliação por desempenho; controle docente.	Políticas educacionais; Currículo; Poder.	Crítica a subordinação da escola aos interesses econômicos e morais dominantes.
Henry Giroux (2011)	Neoliberalismo como pedagogia pública de despolitização.	Enfraquecimento da educação pública; formação de sujeitos consumidores.	Educação crítica; Democracia; Mercado.	Defende a necessidade de uma pedagogia crítica e democrática para resistir à lógica neoliberal.
Boaventura de Sousa Santos (2018)	Crítica à monocultura neoliberal e à hegemonia epistemológica do Norte global.	Desvalorização dos saberes populares; epistemicídio educacional.	Ecologia dos saberes; Justiça social; Inclusão.	Propõe uma educação plural, inclusiva e contra-hegemônica.

Autor(es)	Concepção de Neoliberalismo	Impactos na Educação	Temas-Chave / Descritores	Contribuição Crítica Principal
Karl Marx (2011)	Neoliberalismo como estágio avançado do capitalismo.	Educação como instrumento de reprodução das relações de produção.	Capital; Ideologia; Educação.	Fundamenta teoricamente a crítica às relações entre economia e dominação social.
Antonio Gramsci (1982)	Dominação cultural e ideológica por meio da hegemonia.	Educação como aparelho de formação do consenso neoliberal.	Hegemonia; Cultura; Escola.	Explica como a escola contribui para manter a hegemonia de classe.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Destaca-se que a análise conjunta das contribuições de David Harvey (2008), Pierre Bourdieu (1998) e Paulo Freire (1996) permite compreender o neoliberalismo como um fenômeno complexo, que ultrapassa os limites da economia e se estende às dimensões políticas, sociais e culturais, afetando diretamente o campo da educação. Embora partam de perspectivas teóricas distintas, os três autores convergem na crítica à forma como o neoliberalismo subordina os direitos sociais à lógica do mercado, transformando a escola em um instrumento de reprodução das desigualdades e de legitimação da ordem vigente.

Para Harvey (2008), o neoliberalismo é um projeto de restauração do poder das elites econômicas, que utiliza a reestruturação institucional e a ideologia da liberdade individual como mecanismos de controle social. No campo educacional, essa racionalidade se manifesta por meio da mercantilização do ensino e da gestão empresarial das políticas públicas, nas quais a eficiência e o desempenho se sobrepõem à formação crítica e à democratização do saber.

Bourdieu (1998; 2001), ao analisar as formas simbólicas de dominação, revela que o neoliberalismo reforça a reprodução social ao impor uma lógica meritocrática que disfarça as desigualdades estruturais. Para o autor, as políticas educacionais neoliberais consolidam um sistema de exclusão disfarçado de neutralidade, no qual o fracasso escolar é atribuído

ao indivíduo e não às condições sociais. Assim, a escola, ao invés de promover equidade, legitima as hierarquias de classe, transformando-se em um campo de disputa simbólica no qual o capital cultural é convertido em privilégio social.

Por outro lado, Paulo Freire (1996) oferece um contraponto ético e político ao modelo neoliberal ao defender uma educação emancipadora e humanizadora. Sua pedagogia crítica resiste à mercantilização do ensino e propõe uma prática educativa baseada no diálogo, na consciência crítica e na transformação social. Para Freire, o papel da escola é libertador: formar sujeitos capazes de compreender e intervir na realidade, rompendo com as estruturas de opressão impostas pelo sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como os princípios do neoliberalismo têm influenciado as políticas educacionais, especialmente no que se refere à mercantilização do ensino, à valorização da eficiência técnica em detrimento da formação crítica, e à transferência de responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. A partir de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e exploratória, buscou-se compreender de que forma a racionalidade neoliberal tem reconfigurado o papel social da escola e os sentidos da educação pública no contexto contemporâneo.

Os resultados obtidos por meio da revisão teórica apontam que o neoliberalismo se consolidou como um modelo hegemônico de organização econômica, política e cultural, cuja lógica permeia também o campo educacional. A educação, nesse cenário, passa a ser tratada como mercadoria, orientada por princípios de gestão empresarial, eficiência, competitividade e autofinanciamento. Tal processo tem conduzido à desresponsabilização do Estado, à privatização de políticas públicas e à ampliação das desigualdades educacionais, contrariando o ideal consti-

tucional de educação como direito social e instrumento de emancipação humana.

Autores como David Harvey e Pierre Bourdieu evidenciam que o neoliberalismo atua tanto na estrutura econômica quanto nas dimensões simbólicas, redefinindo as práticas sociais e legitimando as desigualdades sob o discurso da meritocracia. Já Paulo Freire, Henry Giroux, Boaventura de Sousa Santos e outros pensadores contemporâneos apontam alternativas de resistência, defendendo uma educação crítica, dialógica e democrática, capaz de promover a consciência social e política dos sujeitos.

Conclui-se, portanto, que o avanço do neoliberalismo sobre a educação ameaça os princípios da justiça social, da igualdade de oportunidades e da formação integral. No entanto, também se reconhece que a escola permanece um espaço de disputa e de possibilidade transformadora, desde que orientada por uma pedagogia comprometida com o diálogo, a autonomia e a emancipação dos sujeitos.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o aprofundamento das reflexões sobre a relação entre neoliberalismo e educação, evidenciando a necessidade de repensar o papel das políticas públicas na construção de uma escola democrática e socialmente referenciada. Já no plano social, reforça-se a importância de defender a educação como direito inalienável, e não como mercadoria, reafirmando seu papel na formação de cidadãos críticos, solidários e participativos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: desafios à democratização**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 40, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIROUX, Henry A. **Education and the crisis of public values: challenging the assault on teachers, students, and public education**. New York: Peter Lang, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LIBÂNIO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NUNES, Clarice. **Educação e sociedade no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930–1973)**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Políticas educacionais e o trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2002.